

Governadores mantêm apoio a Sarney

Arraes e Jereissati evitam falar em mandato reduzido

Telefoto de "O Povo"



João Alves (à cabeceira da mesa) preside a reunião dos Governadores

FORTALEZA — Manter o apoio político ao Presidente José Sarney, com presidencialismo e cinco anos de mandato. Este é o compromisso reiterado ontem pelos Governadores do Rio Grande do Norte, Geraldo Melo, da Paraíba, Tarcísio Buritry, e do Piauí, Alberto Silva, e pela Vice-Governadora de Minas, Júnia Marise, falando em nome do Governador Newton Cardoso.

Eles argumentaram que, há três semanas, todos os Governadores do PMDB (à exceção do de Alagoas, Fernando Collor) subscreveram a "Declaração do Rio de Janeiro", na qual consta o compromisso de respaldar politicamente o Governo e de apoiar o mandato de cinco anos. Alegaram também que não houve fato novo depois da data da reunião que motivasse o reexame do documento.

Para Geraldo Melo, criou-se uma grande confusão no País em torno da reunião de cinco Governadores do PMDB, no domingo, no Rio. A seu ver, nenhum dos Governadores presentes se manifestou a favor da eleição presidencial em 1988, embora muitos setores da imprensa estejam deduzindo que eles o fizeram.

Aborrecido com a versão de que alguns Governadores do PMDB estariam trabalhando nos bastidores para antecipar a eleição presidencial para 1988, Tarcísio Buritry disse que não participará mais de reunião política que tenha como pauta o sistema de governo ou o mandato.

— O que posso dizer é que minha posição é única, imutável e irreversível. Assinei um documento de apoio aos cinco anos e vou cumprir o compromisso assumido. Infelizmente, alguns pensam que isso é uma brincadeira, quando é algo do mais alto interesse do País. Portanto, não admito que se questione uma coisa que foi deliberada há três semanas.

Segundo Buritry, o que há hoje no Brasil não é um "estado de ingovernabilidade", como alguns querem, e sim uma crise política artificial, criada por interesse menores das cúpulas do PMDB e do PFL. Para ele, esse dois partidos deveriam fa-

zer uma autocritica, reconhecer que estão se intrometendo indevidamente na esfera da competência do Presidente e cuidar com mais seriedade da crise econômica, "que, esta sim, é a grande crise do País".

Alberto Silva também disse que o apoio integral ao Presidente, ao presidencialismo e aos cinco anos de mandato é sua opinião definitiva. Disse que defende os cinco anos por princípio e que sua opinião contrária ao parlamentarismo decorre da malograda experiência de 1961.

— Se com Tancredo Neves como Primeiro Ministro não deu certo, por que daria agora?

Júnia Marise alegou que o mandato de cinco anos é o período ideal para que a transição seja concluída sem risco de traumas. Por isso, não admite sequer discutir o mandato de quatro anos, até porque este assunto será definido pela Constituinte.

O Governador de Alagoas, Fernando Collor, também não mudou de opinião. Só que defende quatro anos para Sarney. Collor espera que outros Governadores evoluam para a defesa dos quatro anos, "não por ser contra o Presidente, mas

porque a transição se esgota no momento em que a Constituinte concluir seus trabalhos". Na questão do sistema de governo, revelou ter simpatia pelo parlamentarismo, mas entende que este não é o momento ideal para introduzi-lo no País.

Collor deu a entender que estava contrariado por não ter sido convidado para a reunião dos cinco Governadores do PMDB, afirmando:

— Como não assinei a "Declaração do Rio de Janeiro", não sou um circunstante bem aceito nesse bloco que se reuniu novamente. Mas se arrependimento matasse...

Os Governadores do Nordeste (exceto o do Maranhão, Epiácio Cafeteira) se reuniram ontem em Fortaleza, das 18h às 20h30m, para debater com o Ministro do Interior, João Alves, a estiagem que castiga a região. Estiveram presentes, além dos já citados e do anfitrião, Tasso Jereissati, Waldir Pires, da Bahia, Miguel Arraes, de Pernambuco, e Antônio Carlos Valadares, de Sergipe. Depois da reunião, alguns foram recepcionados por Tasso com um jantar. Outros voltaram aos seus Estados logo após a reunião.

FORTALEZA — Cautelosos, os Governadores Miguel Arraes e Tasso Jereissati preferiram ontem não fazer qualquer declaração formal de apoio à redução do mandato do Presidente Sarney, durante almoço de quase três horas em que Arraes fez um relato para Jereissati das conclusões a que chegaram os cinco governadores do PMDB que se reuniram, domingo, no Rio. Entretanto, ambos afirmaram que só à Constituinte cabe definir a duração do mandato e o sistema de Governo.

Na véspera da reunião dos governadores do Nordeste, que aconteceu ontem à noite no Palácio do Cambé, sede do Governo cearense, Jereissati procurou retirar o caráter político do encontro. Disse que se tratava apenas de uma reunião de trabalho, onde se discutiria com o Ministro do Interior, João Alves Filho, novas técnicas de apoio ao combate à seca que aflige praticamente toda a região.

Numa rápida entrevista antes do início da reunião com o Ministro João Alves, Tasso Jereissati reafirmou seu apoio ao sistema presidencialista de Governo e ao mandato de cinco anos para o Presidente Sarney, mas revelou os primeiros sinais de que pode rever sua posição. Ao ser indagado, por exemplo, se estaria admitindo a redução do mandato do Presidente, respondeu:

— Acho que o mandato

deveria ser de cinco anos, porque em 88 os trabalhos da Constituinte ainda não estarão totalmente concluídos. É preciso cuidar também da legislação complementar e misturar Constituinte com eleições presidenciais não é bom. Mas acho também que um ano a mais ou a menos perante a História é muito pouco e não tem importância.

A Arraes, por sua vez, foi perguntado se havia chegado mais cedo a Fortaleza para tentar "fazer a cabeça" de Jereissati.

— Nunca tentei fazer a cabeça de ninguém — respondeu. Ao contrário, tento fazer a minha cabeça para aquilo que é comum à população. Creio que é ouvindo todos que se toma uma posição. Ouvir-me isoladamente é um erro.

Mais adiante, Arraes assinalou que os governadores do nordeste têm chegado a consenso sobre vários problemas comuns à região, porque todos vivem a mesma realidade, mas não respondeu se os governadores poderiam avançar também para uma posição comum em favor do mandato de quatro anos para o Presidente Sarney.

— O que espero agora — disse Arraes — é que nós possamos promover um entendimento em nível nacional que envolva os parlamentares e os diferentes setores sociais interessados no aprofundamento do processo democrático no Brasil.

Simon reitera apoio a 5 anos para Sarney

PORTO ALEGRE — O Governador Pedro Simon negou ontem ter aderido à tese de eleições em 1988, apesar de reconhecer um significativo crescimento da campanha nos últimos dias. Ele tem convicção, no entanto, que a Constituinte aprovará o parlamentarismo com cinco anos de mandato para o Presidente Sarney. Ontem, deu vários telefonemas para lideranças peemedebistas, em Brasília. Sua conclusão é que a situação política avançou tanto que não há mais como adiar uma decisão imediata sobre sistema de Governo e duração do mandato.

Simon revelou que, na reunião de governadores realizada no Rio, domingo, chegou a ser discutido o lançamento de um candidato do PMDB à Presidência, ideia combatida, com êxito, por ele. Ao justificar sua opção pelo mandato de cinco anos, Simon lembrou que 1988 será um ano muito importante para o País, com a redação das leis complementares, adaptação das Constituições estaduais ao novo texto e eleições municipais.

O Governador criticou os que defendem eleições presidenciais no próximo ano como forma de solucionar o impasse institucional provocado, segundo ele, por "um vazio de poder". Apesar disso, reconheceu que tal hipótese até seria uma solução honrosa para o Presidente José Sarney.

Na próxima semana, viajará a São Paulo, onde almoçará com Orestes Quercia, e a Curitiba para se encontrar com Pedro Ivo (SC) e Alvaro Dias (PR). Ele pretende articular uma ação contra a fragmentação do PMDB, resultante das atividades do "Centrao".

Sobre uma possível candidatura do General Leônidas Pires Gonçalves à Presidência da República, Simon disse não ter restrição alguma a ela, desde que seja aprovada pela convenção do Partido. Entretanto, acha que não passa pela cabeça do Ministro do Exército disputar o cargo.